



Conferência Municipal
de Política Urbana

Localização e Licenciamento de Atividades



Relator: Caio Mário Campos Ferreira
Setor Técnico



PROPOSTA 1

A) As atividades contidas na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE serão enquadradas em subcategorias de uso, passando a compor anexo da Lei de Parcelamento, Ocupação e uso do Solo - LPOUS que designa a localização e as condições para instalação das mesmas. Serão distribuídas entre as seguintes subcategorias:

- 1 -Serviços;
- 2 - Serviços de uso coletivo;
- 3 -Indústrias;
- 4 - Comércio;
- 5 - Agricultura Urbana.

Autor: Executivo

F:12 - C:0 - A:0

RESULTADO: [Aprovada](#)



PROPOSTA 2

A) Incorporar na LPOUS o conceito de atividades auxiliares, também com base na classificação nacional. São atividades auxiliares:

- a) escritório/ sede de empresa;
- b) depósito/ almoxarifado;
- c) garagem de veículos leves;
- d) pátio de máquinas / garagem de veículos pesados;
- e) ponto de exposição;
- f) posto de coleta de material biológico;
- g) posto de recebimento de pequenos objetos sem armazenamento;
- h) unidade de abastecimento de combustíveis;
- i) unidade de manutenção;
- j) centro de treinamento;
- l) unidade de enfermaria.

Autor: Executivo

F: 13 - C:0 - A:0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 3

A) Incluir como atividade auxiliar:

m) refeitório/cozinha;

Autor: Eduardo – Setor Técnico

F: 13 - C:0 - A:0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 4

A) Incluir como atividade auxiliar:

n) música mecânica ou ao vivo – este item não abarca a musica funcional.

Autor: Leonardo - Setor Técnico

F: 13 - C:0 - A:0

RESULTADO: Reprovada



PROPOSTA 5

A) Reorganizar as atividades utilizando o Código CNAE em 4 grupos, segundo o potencial de geração de incômodos atribuído a cada qual, sendo:

Grupo 1 - Atividades compatíveis com o uso residencial, sem potencial de geração de repercussões negativas e que, por isso, não necessitam de medidas mitigadoras para se instalarem.

Grupo 2 - Atividades compatíveis com o uso residencial, com potencial de geração de incômodos de pouca significância que devem ser mitigados.

Grupo 3 - Atividades dedicadas ao funcionamento de outras atividades urbanas, que se destinam à produção de objetos de maior complexidade ou a serviços mais impactantes e que, pela sua natureza, possuem incômodos de maior relevância e maior atração de veículos e pessoas.

Grupo 4 - Atividades com alta geração de incômodos, que geram riscos à saúde ou ao conforto da população ou que não sejam compatíveis com o funcionamento das atividades urbanas na maioria dos locais em que se instalarem.

Autor: Executivo

F: 13 - C:0 - A:0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTAS 6

A) Admitir as atividades nas vias segundo a permissividade de usos atribuída a cada trecho do sistema viário. As vias seriam classificadas em:

- **Permissividade de usos “A” (PU-A)** - vias pouco permissivas – aquelas onde se quer preservar a ambiência residencial;
- **Permissividade de usos “B” (PU-B)** - vias médio permissivas - aquelas onde se busca a conjugação de usos;
- **Permissividade de usos “C” (PU-C)** - vias muito permissivas - aquelas onde a permissividade de usos é máxima.

Autor: Executivo

F: 13 - C:0 - A:0

RESULTADO: [Aprovada](#)



PROPOSTA 7

A) O critério para classificação das vias deve ser a conjugação de características como:

- 1- predominância de usos;
- 2- largura da via obtida da planta cadastral;
- 3- classificação da função da via no sistema ao qual pertence - local, coletora, arterial e de ligação regional;
- 4- características físicas da via;
- 5- ambiência do entorno, contemplando estudo da compatibilidade entre usos diversos;
- 6- potencial de saturação do sistema viário e de estacionamento;
- 7- saturação da via gerada por impacto cumulativo de atividades no local;
- 8- apontamentos de diagnósticos de planejamento urbano regional desenvolvidos pelo Executivo.

Autor: Executivo

F: 13 - C:0 - A:0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 8

A) O Executivo continuará com a atribuição de definir a classificação da via segundo a função que desempenha no sistema viário ao qual pertence e terá a atribuição de definir a permissividade de uso de cada trecho das vias.

Autor: Executivo - **F: 13 - C:0 - A: 0**

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa: O Art. 112 da Lei nº 7166/96 resguarda que os acréscimos ao Anexo IV, Mapa de Hierarquização do Sistema Viário, somente podem ser feitos por decreto, quando se tratar de aprovação de parcelamento; por lei, de 6 em 6 meses, com parecer prévio favorável do COMPUR e por lei, quando objeto de operação urbana. O Executivo, além disso, quando julga pertinente, pode levar para discussão no COMPUR a alteração da classificação de vias ou trechos de via.

As alterações relativas à permissividade de usos das vias para a localização de atividades também deverão ser feitas por lei, de 6 em 6 meses, com parecer prévio *favorável do COMPUR*.

PROPOSTA 9

A) A localização dos usos será disciplinada pela conjugação da classificação de cada subcategoria de atividades com a permissividade de uso atribuído às vias da seguinte forma:

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
PU-A	A	AC	NA	NA
PU-B	A	AC	AC	NA
PU-C	A	AC	AC	AC

Sendo: A - admitido
AC- admitido sob condições
NA- não admitido

Autor: Executivo- **F: 13 - C:0 - A:0**

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa: As atividades do Grupo 2, em geral, serão tratadas com um limite de área que diferenciara o porte das atividades que podem se instalar em vias classificadas como PU-A e a partir de qual dimensão algumas atividades serão restritas à instalação em PU-B ou PU-C.

Algumas atividades do Grupo 3 podem, também, devido ao seu porte, sofrerem restrições à instalação em PU-B e, assim, serem admitidas somente em PU-C.

Observação: As “condições” para admissão de uma atividade podem ser medidas mitigadoras fixadas na LPOUS ou determinadas por licenciamento urbano-ambiental.

PROPOSTA 10

A) Permitir bar em PU-A com área de até 100 m² desde que a área utilizada esteja completamente dentro da área construída.

Autor: Roberto – Setor Técnico

F: 18 - C: 1 - A: 1

RESULTADO: [Reprovada](#)

PROPOSTA 11

A) Para o exercício da atividade de bar, não permitir mesas e cadeiras no passeio em PU-A.

Autor: Leonardo - Setor Técnico

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 12

A) Manter a proibição de admitir escolas em vias arteriais. Prever alternativa de haver permissão para que escolas se instalem em vias arteriais mediante licenciamento urbanístico.

Autor: Leonardo - Setor Técnico

F: 12 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa

As escolas referidas na proposta 45 são aquelas contidas no **artigo 67 § 5º** da Lei nº 7166/96, transcrito abaixo:

“§ 5º As pré-escolas e os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente podem ser localizados em terrenos lindeiros a vias locais e coletoras secundárias, exceto na ZHIP e na ZCBH, nas quais é permitido que essas atividades se localizem em terrenos lindeiros a vias arteriais.”

PROPOSTA 13

A) Postos de abastecimentos de combustível devem ser classificados como atividade pertencente ao Grupo 3 com área de até 1000 m².

Autor: Márcio – Setor Empresarial

F: 8 - C: 7 - A: 1

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa

Como atividade do Grupo III, os postos de abastecimento serão admitidos em vias classificadas como PU-B e PU-C.

Postos de abastecimento com área superior ao limite determinado nesta proposta apenas poderão se instalar em PU-C.

PROPOSTA 14

A) Efetuação, a partir de estudo técnico elaborado pelo Executivo e aprovado pelo COMPUR, ouvidos os órgãos competentes, de correções pontuais nos Anexos V e VI da Lei nº 8.137/00, que estabelecem, respectivamente, a classificação dos usos e as medidas mitigadoras dos impactos das atividades causadoras de repercussões negativas.

Autor: Executivo

F: 13 - C: 0 - A: 1

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa

O Executivo trabalhou na organização de um quadro que compatibiliza as atividades definidas pelo código CNAE à atribuição de repercussões negativas e de medidas mitigadoras pertinentes ao funcionamento de cada qual.

PROPOSTA 15

A) As medidas mitigadoras serão baseadas no controle das seguintes repercussões negativas:

- 1- atração de alto número de veículos leves;
- 2- atração de alto número de veículos pesados;
- 3- atração de alto número de pessoas;
- 4- geração de risco de segurança;
- 5- geração de efluentes atmosféricos;
- 6- geração de resíduos sólidos especiais e de saúde;
- 7- geração radiações ionizantes ou não ionizantes;
- 8- geração de ruídos e vibrações.

Autor: Executivo

F: 16 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 16

A) Incluir como repercussão negativa a ser mitigada:

9- geração de efluentes líquidos especiais.

Autora: Consuelita – Setor Técnico

F: 16 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 17

A) Revisão da legislação existente relativa ao controle da poluição sonora, buscando agilização do processo de suspensão de atividades poluidoras.

Autor: Executivo

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

Justificativa

A LPOUS indica atividades que, pela natureza de seu funcionamento, têm como repercussão negativa a geração de ruído e vibração. Dessa forma, esta lei prevê a obrigatoriedade de execução de medida mitigadora para solução deste incômodo.

PROPOSTA 18

A) Implantação de aparelhamento de proteção acústica para os equipamentos religiosos e sociais que promovem cultos, missas e eventos em geral.

Autor: Executivo

F: 17 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 19

A) Templos devem licenciar a atividade, procedendo a obtenção de alvará de localização e funcionamento.

Autor: Joaquim – Setor Empresarial- **F: 18 - C: 0 - A: 0**

RESULTADO: [Aprovada](#)

JUSTIFICATIVA: **Lei 6902** de 6 de Julho de 1995:

“Art. 1º - Fica dispensada a exigência de Alvará de Localização e Funcionamento para templos religiosos.”

Constituição Mineira de 1989:

“Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação; (Redação dada pela Emenda à Constituição Mineira nº 44, de 18/12/2000)”.



A) Tornar obrigatório o alvará para cada box das feiras shopping e dos shoppings populares, ou seja, cada box devera ter seu próprio alvará de localização e funcionamento.

Autor: Marco Antônio – Setor Empresarial **F: 18 - C: 0 - A:0**

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa:

Não se pode tratar todos os box em unidade devido às diferentes características das atividades que exercem. Os box que desempenham atividades ilegais devem responder pelas mesmas em separado. Não se deve penalizar todo shopping em função de atividades desempenhadas por um permissionário.



PROPOSTA 21

A) O número mínimo de vagas de estacionamento para edificações destinadas a usos não residenciais, deve ser:

1.1 Em vias de ligação regional, coletora ou arterial manter uma vaga para cada 50 m² de área líquida, com 1 vaga adicional para cada 300m² de área líquida e com 1 vaga para cada 50m² de espaços não cobertos essenciais ao exercício da atividade.

Autor: Executivo

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

Justificativa:

A Lei 7166/96 já prevê uma vaga para cada 50 m² de área líquida, e 1 vaga adicional para cada 300m² de área líquida.



PROPOSTA 22

A) O número mínimo de vagas de estacionamento para edificações destinadas a usos não residenciais, deve ser:

1.2 - em vias locais classificadas como **PU-A** propõe-se uma vaga para cada 150 m² de área líquida com 1 vaga adicional para cada 450m² de área líquida;

1.3 - em vias locais classificadas como **PU-B e PU-C** mantém-se uma vaga para cada 75 m² de área líquida com 1 vaga adicional para cada 450m² de área líquida.

Autor: Executivo e Consuelita – Setor Técnico

F: 16 - C: 3 - A: 1

RESULTADO: [Aprovada](#)



PROPOSTA 23

A) O número mínimo de vagas de carga e descarga para edificações destinadas a usos não residenciais, deve ser:

2.1 - Área líquida $> 1500 \text{ m}^2$ e $< 3000 \text{ m}^2 = 1$ vaga

2.2 - Área líquida $>$ ou $=$ a $3000 \text{ m}^2 = 1$ vaga/ 3000 m^2 , desprezando-se as frações.

Autor: Executivo

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa:

A Lei 7166/96 já prevê para edificações com:

1- Área líquida $> 1500 \text{ m}^2$ e $< 3000 \text{ m}^2 = 1$ vaga de carga/descarga

2- Área líquida $>$ ou $=$ a $3000 \text{ m}^2 = 1$ vaga de carga/descarga para cada 3000 m^2 , desprezando-se as frações.

PROPOSTA 24

A) Deve-se resguardar na lei que, para edificações destinadas a uso não residencial atrator de veículo de carga, pode ser facultada a utilização da área reservada para estacionamento de veículos leves como área de estacionamento e manobra de veículos pesados. Esta alternativa deve ocorrer apenas com anuência do órgão municipal competente.

Autor: Executivo

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

A) Modificar o art. 71-B da Lei nº 7166/1996, acrescido pela Lei nº 8137/2000, para:

1- Permitir a extensão de usos, independentemente da área dos lotes, inclusive com avaliação de acessos para as vias de menor permissividade, mediante licenciamento urbanístico.

2- No caso em que o lote ou conjunto de lote estiver situado em área adjacente à ADE exclusivamente ou predominantemente residencial, não será admitido o uso permitido na via de maior permissividade para todo o terreno em nenhuma hipótese.

Autor: Executivo **F: 20 - C: 0 - A: 0 - RESULTADO:** **Aprovada**

JUSTIFICATIVA: “**Art. 71-B** - No caso de aprovação de projeto em lote ou conjunto de lotes com frente para logradouros de classificação viária diferente, poderá ser admitido para todo o terreno o uso permitido nos lotes com frente para a via de maior hierarquia, desde que:

I - a área dos lotes com frente para as vias em que o uso pretendido é permitido represente, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da área total do terreno;

II - sejam respeitados os parâmetros urbanísticos relativos a cada lote;

III - o acesso se faça pelas vias em que o uso é permitido.

Parágrafo único - A exigência contida no inciso III poderá ser dispensada mediante licenciamento ambiental.”



PROPOSTA 26

A) Poderá permanecer no local, independentemente de vedação estabelecida por legislação posterior à sua instalação, **a atividade admitida no local por lei vigente à época de sua implantação** e que atenda a uma das seguintes condições:

- 1- Possuir alvará de localização e funcionamento emitido em data anterior à da publicação da lei que estabeleceu a vedação;
- 2 - Ser desenvolvida por empresa regularmente constituída e comprovadamente instalada em data anterior à da publicação da lei que estabeleceu a vedação;
- 3 - Estar instalada em edificação construída especificamente para uso admitido à época de sua instalação.

Autor: Executivo- **F: 18 - C: 0 - A: 0 - RESULTADO:** [Aprovada](#)

Justificativa:

Explicita-se que a atividade, para ter Direito de Permanência de Uso deveria ser admitida no local em que se instala por lei vigente à época de sua implantação, como disposto nesta proposta.

PROPOSTA 27

A) Revogar o § 2.º do art. 72 para condicionar a permanência de usos não conformes à adequação das instalações às normas ambientais, de posturas e de segurança exigidas no § 6.º do mesmo artigo.

Autor: Executivo - **F: 17 - C: 1 - A: 0- RESULTADO:** [Aprovada](#)

Justificativa: O Executivo propõe que seja revogado o § 2.º do art. 72 da Lei 7166/96, transcrito abaixo:

“§ 2º - No caso de uso não residencial regularmente localizado em edificações não aprovadas e que, em face das disposições estabelecidas nesta Lei, não se enquadre em seus parâmetros, pode ele permanecer no local ou ser substituído por outro previsto no Anexo X, que seja similar, do mesmo grupo ou de grupo inferior, sem que seja obrigado a cumprir as novas disposições relativas ao seu funcionamento que impliquem a execução de obras.” (grifo nosso)

“§ 6º - A permanência das atividades permitida neste artigo fica sujeita ao respeito às normas ambientais, de posturas, sanitárias e similares

PROPOSTA 28

A) Permitir a alteração ou acréscimo de área construída ou utilizada, dentro dos limites dos parâmetros urbanísticos da lei atualmente vigente, das atividades que usufruem do direito de permanência, mediante parecer prévio favorável do COMPUR, baseado em Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV simplificado, a ser definido pelo Executivo. Os impactos da atividade gerados pela modificação devem ser mitigados e contribuir para minimizar possíveis incômodos por ela causados. Poderão ser exigidas medidas compensatórias das atividades que requererem a modificação, assim como deverá ocorrer em outras aplicações de EIV.

Autor: Executivo

F: 18 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 29

A) Permitir que as atividades inicialmente instaladas regularmente e tenham Direito de Permanência de Uso possam se regularizar mediante submissão à aprovação do COMPUR por meio de estudo de impacto de vizinhança, mesmo que possuam área superior à admitida para a mesma no local. Esta alternativa seria válida, portanto, para atividades já instaladas.

Autor: Eduardo – Setor Técnico

F: 8 - C: 9 - A: 1

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 30

A) A atividade que usufruir do direito de permanência de uso poderá ser substituída por outra, desde que a nova atividade esteja classificada na mesma Tipologia e no mesmo Grupo, ou em Grupo inferior, em que se enquadra a atividade a ser substituída.

Autor: Executivo

F: 18 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 31

A) Para a atividade que se instalar com base na substituição é permitida a alteração e acréscimo da área construída ou utilizada, mediante parecer prévio favorável do COMPUR, baseado em Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV simplificado, a ser definido pelo Executivo. Os impactos da atividade gerados pela modificação devem ser mitigados e contribuir para minimizar possíveis incômodos por ela causados.

Autor: Executivo

F: 18 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*



PROPOSTA 32

A) Criar critério e legislação capaz de preservar a potencialidade de uso das edificações existentes, de forma que elas possam se manter em uso, e não se degradarem ao ponto de terem que ser demolidas, por causa das novas legislações com exigências maiores.

Fazendo uso do seguinte raciocínio, se os usuários a aceitam, e elas atendem as normas de segurança, a adequação necessária, tal como o número de vagas e outras exigidas nas novas legislações, superiores às da época, possam ser resolvidas pelas outras edificações, estacionamentos públicos ou mesmo pelo uso do transporte coletivo.

Os casos devem ser tratados em licenciamento urbanístico especial.

Autor: Teodomiro – Setor Empresarial - **F: 18 - C: 0 - A: 0**

RESULTADO: [Aprovada](#)

JUSTIFICATIVA:

Caso não se encontre um equilíbrio nesta questão, o crescimento vertiginoso da obsolescência das edificações existentes, pode provocar degradação urbana, ou tendência à demolição e substituição das edificações de forma insustentável.

PROPOSTA 33

A) Desenvolvimento de estudos com o objetivo de detectar na cidade áreas com concentração de atividades do Grupo III, tendo em vista a regularização das mesmas, com a utilização de instrumentos de política urbana.

Autor: Executivo

F: 19 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

A) Revogar o § 1º do Art. 67 da Lei 7166/96, incorporado pela Lei 8137/00.

Autor: Executivo- **F: 20 - C: 0 - A: 0**

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa:

Art. 67 § 1º : *“É admitida, mediante licenciamento ambiental pelo COMAM, a localização de usos dos grupos II e III na ZP1 e em terrenos lindeiros a vias arteriais, ou de ligação regional situados na ZP2 e na ZP3.”*

A instalação de atividades nas zonas de proteção e nas zonas de preservação ambiental deve ocorrer de acordo com a permissividade de uso atribuída à via. As condições especiais para o licenciamento da ocupação nestas áreas devem ser mantidas com a definição contida no art. 7º, parágrafo único da Lei nº 7166/96, que regulamenta que o parcelamento e a ocupação de área situada em ZP-1 estejam sujeitos à aprovação do COMAM.

PROPOSTA 35

A) Utilização do enquadramento dos cursos d'água como critério para futura revisão de zoneamento, condições de ocupação e de uso do solo.

Autor: Executivo

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 36

A) Manutenção da diversificação de usos no Hipercentro.

Autor: Executivo

F: 20 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa

Resguardar a manutenção da diversidade de usos no Hipercentro dotando as vias desta área de parâmetros inerentes à classificação de média permissividade de usos – via “B”.



PROPOSTA 37

A) Instituir o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV no Município de Belo Horizonte, para os casos em que o empreendimento implicar em repercussões preponderantemente urbanísticas, cuja aprovação deve ser de competência do COMPUR.

Autor: Executivo- **F: 20 - C: 0 - A: 0**

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa:

Dispor sobre a regulamentação do licenciamento e sobre os procedimentos para a aplicação do EIV na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo e em legislação complementar específica.

PROPOSTA 38

A) A instalação, construção, ampliação ou o funcionamento dos empreendimentos de impacto, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, ficam sujeitos a:

1-licenciamento ambiental pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM, nos termos da legislação específica, nos casos em que o empreendimento **implique em repercussões ambientais significativas;**

2-licenciamento urbanístico pelo COMPUR, nos casos em que o empreendimento **implique em repercussões preponderantemente urbanísticas.**

Autor: Executivo- **F: 21 - C: 0 - A: 0**

RESULTADO: *Aprovada*

Justificativa:

As definições dos tipos de empreendimentos que cada um dos instrumentos deverão avaliar estão contidas em outras propostas.

PROPOSTA 39

A) A instalação, construção, ampliação ou o funcionamento dos empreendimentos de impacto, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, devem passar por licenciamento ambiental ou licenciamento urbanístico.

Os empreendimentos ou atividades sujeitos a EIV devem ser determinados na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo com a possibilidade de inserção de novas atividades resguardada nesta lei.

Autor: Executivo

F: 18 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 40

A) O processo desenvolvido para a elaboração do EIV deve prever a mitigação e/ou a compensação de impactos gerados pela instalação, construção, ampliação ou funcionamento dos empreendimentos de impacto preponderantemente urbanísticos.

Autor: Executivo

F: 21 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 41

A) Deve-se resguardar na LPOUS que a classificação de novos empreendimentos e a definição do tipo de licenciamento a que devem se submeter seja atribuída aos Conselhos (COMAM ou COMPUR).

Proposta alternativa – Autor: Grupo 3

F: 13 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: Rerovada

PROPOSTA 42

A) Lei específica do EIV deverá contemplar a possibilidade do COMPUR convocar um empreendimento de impacto já instalado ao licenciamento urbanístico.

Autor: Frederico - Setor Técnico

F: 14 - C: 4 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 43

A) Os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental serão dispensados da elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.

Autor: Executivo e Bernardo – Setor Empresarial

F: 17 - C: 1 - A: 0

RESULTADO: *Aprovada*

PROPOSTA 44

A) Promover revisão e adequação do zoneamento e da ocupação do solo impactado pela intervenção.

Autor: Executivo

F: 19 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 45

A) O EIV deverá considerar a interferência do empreendimento nos termos da Seção XII, do Capítulo II da Lei Federal 10.257/01.

Autor: Executivo - **F: 19 - C: 2 - A: 0**

RESULTADO: [Aprovada](#)

B) Mantém texto do executivo, discriminando os requisitos mínimos, itens “a” a “g”.

- a) adensamento populacional;
- b) equipamentos urbanos e comunitários;
- c) uso e ocupação do solo;
- d) valorização imobiliária;
- e) geração de tráfego e demanda por transporte público;
- f) ventilação e iluminação;
- g) paisagem urbana e patrimônio natural e cultural

Autor: José Ferreira – Setor Empresarial - **F: 19 - C: 2 - A: 0**

RESULTADO: [Aprovada](#)

JUSTIFICATIVA: Instituir, após a aprovação do PD e da LPOUS, um “*termo de referência*”, contendo as orientações gerais para a elaboração do estudo.

Seção XII, do Capítulo II da Lei Federal 10.257/01:

“Seção XII: Do estudo de impacto de vizinhança

Art. 36. *Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.*

Art. 37. *O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:*

- I – adensamento populacional;*
- II – equipamentos urbanos e comunitários;*
- III – uso e ocupação do solo;*
- IV – valorização imobiliária;*
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;*
- VI – ventilação e iluminação;*
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.*

Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.”

PROPOSTA 46

A) Acrescentar ao EIV, além dos aspectos previstos na Lei Federal 10.257/01, o item “h”:

h) aspectos ambientais relevantes.

Autor: Luciane – Setor Técnico

F: 14 - C: 7 - A: 0

RESULTADO: Reprovada

B) Acrescentar ao EIV, além dos aspectos previstos na Lei Federal 10.257/01, os itens “h” e “i”:

h) aspectos ambientais relevantes;

i) ruídos e vibrações.

Autor: Frederico - Setor Técnico

F: 13 - C: 7 - A: 1

RESULTADO: Reprovada

PROPOSTA 47

A) O desenvolvimento de estudo de impacto urbano-ambiental deve incorporar pesquisas sobre a paisagem urbana e patrimônio natural e cultural da área impactada, independentemente do local da implantação do empreendimento de impacto.

Autor: Executivo

F: 21 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

Justificativa:

Deve-se estudar a paisagem próxima e distante, avaliando-se os itens como de obstrução visual, interferência em áreas verdes, integração volumétrica, criação de marcos visuais, altimetria com relação ao entorno, a fim de verificar se a integração à realidade existente e ao cenário planejado se dará de forma harmônica.



PROPOSTA 48

A) Resguardar à população publicidade dos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis à consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado, como prevê a Lei nº 10.257 – Estatuto da Cidade.

Regulamentação específica deverá prever casos em que será necessária pesquisa de percepção ambiental a ser realizada em área de abrangência definida para avaliação de impacto dos empreendimentos. O processo de EIV pode ser entremeado de audiência pública.

Autor: Executivo

F: 21 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: **Aprovada**

PROPOSTA 49

A) Resguardar na legislação instância de recurso para as decisões relativas ao licenciamento dos empreendimentos sujeitos ao EIV.

Autor: José Ferreira – Setor Empresarial

F: 19 - C: 0 - A: 1

RESULTADO: [Aprovada](#)

A) Serão submetidos a licenciamento ambiental pelo COMAM as seguintes atividades e os seguintes empreendimentos de impacto:

- 1- extração ou tratamento de minerais; 2- barragens para contenção de rejeitos ou resíduos;
- 3- indústrias com repercussão ambiental significativa; 4- usina de asfalto;
- 5- terminais rodoviários, ferroviários e aeroviários;
- 6- terminais de minério, de produtos químicos e petroquímicos;
- 7- oleodutos, gasodutos, mineriodutos; 8- interceptores de esgoto;
- 9 - aterros sanitários, usinas de reciclagem de resíduos sólidos e estação de transbordo de resíduos.
- 10- unidades de incineração de resíduos; 11- autódromos, hipódromos e estádios esportivos;
- 12- cemitérios e crematórios; 13- matadouros e abatedouros; 14- estabelecimentos prisionais;
- 15- ferrovias, subterrâneas ou de superfície; 16- linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 Kv;
- 17- usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima 10 Mw;
- 18- intervenções em corpos d'água, tais como barragens, canalizações, retificações de coleções de água, e diques; 19- estações de tratamento de água; 20- estações de tratamento de esgotos sanitários;
- 21- garagem de empresas de transporte de passageiros e de cargas;
- 22- postos de abastecimento de veículos e de revenda de combustíveis; 23- loteamentos;
- 24- parcelamentos destinados a uso industrial;
- 25- as obras de arte compreendidas por viadutos, túneis e trincheiras; 26- hospitais;

-tipologias de atividades e empreendimentos arrolados pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM e Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, como modificadoras do meio ambiente sujeitas ao licenciamento ambiental ou autorização ambiental de funcionamento.

Autor: Executivo e Luciane – Setor Técnico- **F: 19 - C: 0 - A: 2**

RESULTADO: **Aprovada**



Conferência Municipal
de Política Urbana

Justificativa:

O COMAM estabelecerá, com base em critérios que conjuguem o porte e o potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, quais atividades e empreendimentos listados acima sujeitar-se-ão a licenciamento simplificado perante o órgão municipal de meio ambiente, e quais os procedimentos específicos aplicáveis a cada modalidade de licenciamento.



PROPOSTA 51

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os empreendimentos destinados a uso residencial que tenham mais de 300 unidades;

Autor: Executivo

F: 15 - C: 0 - A: 1

RESULTADO: *Aprovada*

B) Os empreendimentos de impacto contemplados na lei 7277/97 serão submetidos ao licenciamento ambiental e não ao licenciamento urbanístico, ou seja, os empreendimentos destinados a uso residencial que tenham mais de 150 unidades serão submetidos à EIA.

Autor: Luciane – Setor Técnico

F: 5 - C: 8 - A: 2

RESULTADO: *Reprovada*



PROPOSTA 52

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os empreendimentos destinados a uso misto com mais de 20.000 m²;

Autor: Executivo

F: 14 - C: 0 - A: 3

RESULTADO: [Aprovada](#)

B) Os empreendimentos de impacto contemplados na lei 7277/97 serão submetidos ao licenciamento ambiental e não ao licenciamento urbanístico, ou seja, os empreendimentos destinados a uso misto em que o somatório da razão entre o número de unidades residenciais e 150 e da razão entre a área da parte da edificação destinada ao uso não residencial e 6000m² seja igual ou superior a 1 serão submetidos à EIA.

Autor: Luciane – Setor Técnico

F: 8 - C: 8 - A: 0

RESULTADO: [Reprovada](#)



PROPOSTA 53

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os edifícios não residenciais com estacionamento maior que 10.000m² ou com mais de 400 vagas;

Autor: Executivo

F: 8 - C: 1 - A: 2

RESULTADO: [Aprovada](#)

B) Os empreendimentos de impacto contemplados na lei 7277/97 serão submetidos ao licenciamento ambiental e não ao licenciamento urbanístico, ou seja, os empreendimentos destinados a uso não residencial com área superior a 6.000m² serão submetidos à EIA.

Autor: Luciane – Setor Técnico

F: 4 - C: 7 - A: 0

RESULTADO: [Reprovada](#)

PROPOSTA 54

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os empreendimentos destinados a serviço de uso coletivo com área utilizada maior que 6000 m²;

Autor: Executivo

F: 12 - C: 3 - A: 2

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 55

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os edifícios garagem com mais de 600 vagas.

Autor: Daniel – Setor Empresarial

F: 5 - C: 7 - A: 2

RESULTADO: [Reprovada](#)

PROPOSTA 56

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os helipontos;

Autor: Executivo

F: 14 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 57

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, as atividades prestadoras de serviços, independentemente da área utilizada, quais sejam:

- 1- casa de show;
- 2- centro de convenções.

Autor: Executivo

F: 16 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 58

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, as casa de festas e eventos a partir de porte a ser definido;

Autor: Executivo

F: 8 - C: 5 - A: 4

RESULTADO: [Reprovada](#)

B) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, as casas de festas e eventos a partir de 360 m² de área utilizada.

Autor: Túlio - Setor Empresarial

F: 10 - C: 6 - A: 1

RESULTADO: [Aprovada](#)



PROPOSTA 59

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os hipermercados (entendido conforme o código CNAE – área utilizada maior ou igual a 5.000 m²);

Autor: Executivo

F: 4 - C: 7 - A: 1

RESULTADO: [Aprovada](#)

B) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os hipermercados com área superior a 7500m² de área utilizada;

Autor: Caio – Setor Técnico e Bernardo – Setor Empresarial

F: 8 - C: 2 - A: 2

RESULTADO: [Reprovada](#)

PROPOSTA 60

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, as intervenções em áreas urbanas consolidadas, compreendidas por modificações geométricas significativas de conjunto de vias de tráfego de veículos.

Autor: Executivo

F: 13 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 61

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, os parcelamentos vinculados, na figura de desmembramento, que originem lote com área superior a 10.000m² ou quarteirão com dimensão superior a 200m.

Autor: Executivo

F: 15 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)

PROPOSTA 62

A) Devem ser submetidos a licenciamento urbanístico, com desenvolvimento de EIV, outros empreendimentos definidos por lei municipal.

Autor: Executivo

F: 14 - C: 0 - A: 0

RESULTADO: [Aprovada](#)



Conferência Municipal
de Política Urbana

Recomendação para proposta 1A:

1- As atividades que têm repercussões negativas diferentes devem compor códigos distintos mesmo se estiverem dentro da mesma descrição do Código CNAE.

(autor: Humberto- Setor Técnico)

Recomendações para a proposta 2A:

- 1 – Conceituar pequenos objetos para que sejam resguardadas questões de segurança urbanística e ambiental. **(autora: Dorinha- Setor Popular)**
- 2 - Estabelecer limite de área baixo para “posto de coleta de material biológico” e para “posto de recebimento de pequenos volumes. **(autora: Consuelita- Setor Técnico)**
- 3 - Resguardar que o depósito tenha área máxima de 500m² para pertencer ao Grupo 2. **(autora: Consuelita- Setor Técnico)**
- 4 – Conceituar todas as atividades auxiliares. **(autor: Leonardo- Setor Técnico)**

Recomendação para a proposta 5A:

1- Discutir alguns parâmetros para se definir cortes de área e ressaltando a necessidade de conhecer a classificação que o Executivo propôs para as atividades.
(autor: Grupo 3)

Observação: Lista com 70 atividades econômicas, escolhidas como exemplo, e atividades auxiliares foi apresentada pelo Executivo e discutida em 04 de julho de 2009.

Recomendação para a proposta 7A:

1- Inserir as Administrações Regionais na elaboração de avaliação das vias quando for implantado o procedimento para definir a permissividade das vias.

(autora: Consuelita- Setor Técnico)

Recomendação para a proposta 14A:

1- Os estabelecimentos que vendem, em atacado ou varejo, objetos que se tornem resíduos sólidos especiais devem fazer o recolhimento dos mesmos para correta destinação.

(autor: Bernardo - Setor Empresarial)

Recomendação para a proposta 17A:

1- Estudar parâmetros de poluição térmica gerada por efluentes atmosféricos.

(autor: Frederico- Setor Técnico)

Recomendação para a proposta 18A:

1- Verificar a constitucionalidade da proposta de se exigir a mitigação de impacto de geração de ruído para equipamentos religiosos, visto que a Constituição resguarda a “liberdade de expressão”.

(autor: Rodrigo- Setor Popular)

Recomendação para a proposta 29A:

1- Explicitar que a atividade, para ter Direito de Permanência de Uso deveria ser admitida no local em que se instala por lei vigente à época de sua implantação.
(autor: Grupo 3)

Recomendação para proposta 37A:

1- Devem ser determinados, em legislação específica, prazos para a conclusão do EIV e sua votação no COMPUR e para a regulamentação em legislação específica. **(autor: Caio- Setor Técnico)**



Propostas da II Conferência a serem encaminhadas para discussão de legislação que discipline a instalação de antenas, conforme decisão do Grupo 3 da III Conferência Municipal de Política Urbana:

-O órgão responsável pelo licenciamento das antenas deve assegurar o pleno cumprimento das exigências e condicionantes para a instalação das mesmas, especialmente os procedimentos relativos à divulgação, garantindo que as comunidades inseridas no raio de influência das antenas sejam efetivamente informadas sobre a proposta de sua instalação; **F: 19 - C: 0 - A: 0**

-Preservação da distância mínima de 500 m (quinhentos metros) entre as antenas de telefonia celular instaladas em torres, revogando a possibilidade de aprovação da licença ambiental mediante apresentação de laudo de órgão idôneo para torres com distâncias inferiores (revogação do parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal n.º 8.201/01). **F: 18 - C: 1 - A: 0**

Previsão de obrigatoriedade das empresas de telefonia celular custearem o monitoramento permanente ou contínuo das intensidades de radiação eletromagnética visando enquadrá-las nos limites permitidos. **F: 21 - C: 0 - A: 0**